RESUMO - 1. POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIOEDUCAÇÃO

POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIOEDUCAÇÃO: CIDADANIA, EDUCAÇÃO E DIREITO

Telma Regina Stroparo (trs1805@gmail.com)

Com objetivo de discutir teoricamente as políticas públicas, no âmbito da socioeducação, o presente trabalho reflete criticamente sobre as significações advindas a partir do estabelecido pela Lei. 8.069/90 que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e pela Lei n. 12.594/12 que trata do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. O conceito de socioeducação evoluiu com o passar do tempo, mas ainda suscitam reflexões, notadamente quanto aos aspectos punitivos e relacionados à institucionalização, especialmente de jovens. Entende-se que socioeducação não trata-se da aplicação de medidas punitivas por si só, mas em ações educativas que traduzam-se em cidadania e acesso a diretos fundamentais desta população em conflito com a lei. Neste sentido, cabe ao Estado a implementação de políticas públicas e instrumentos que propiciem a plena ressocialização dos sujeitos. Metodologicamente, trata-se de pesquisa qualitativa de cunho teórico que busca a reflexão crítica sobre a temática. Debate-se, neste interim, aspectos legais relacionados à socioeducação e políticas públicas, bem como reflete-se criticamente sobre as vulnerabilidades e implicações. Discute-se ainda o âmbito e abrangência das medidas socioeducativas (MSE) em meio aberto, que compreendem advertência, obrigação de reparação do dano, prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida, sendo a execução realizada no âmbito do Sistema Único

de Assistência Social (SUAS) e Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS). Quanto às práticas institucionais cotidianas, a interseccionalidade das ações deve primar pela reinserção, pela introdução de valores éticos e de responsabilidade. Dialogando com as questões aqui expostas, os resultados apontam para a relevância da atuação multidisciplinar nas ações de socioeducação envolvendo aspectos como acesso a escolarização, cursos profissionalizantes, atividades esportivas e culturais, acesso à saúde, valorização ao respeito, estima e dignidade, atividades comunitárias e voluntariado. As interfaces destas ações integradas, envolvendo atores sociais precisam traduzir-se em cidadania, respeito aos direitos e responsabilização de tal forma que coadune com os dispositivos legais e promovam a ressocialização e o bem estar. Obviamente existem dificuldades imensas na implementação de tais medidas e somente com esforço coletivo que congregue estado, judiciário e sociedade organizada poderemos evoluir e quem sabe, no futuro, termos MSE que, de fato, conciliem politicas públicas, cidadania e bem estar.